



Setembro 2017

Ano 28

Nº 3

Diretor José Poças Esteves

SaeR – Sociedade de Avaliação
Estratégica e Risco, Lda
Rua Luciano Cordeiro, 123 – 4E, 1050-139
Lisboa, Portugal
Tel. +351 213 030 830
Fax. +351 213 030 839 •
saer@saer.pt • www.saer.pt

Relatório trimestral

SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E
DOS NEGÓCIOS

Este terceiro trimestre de 2017 mostrou um acontecimento relevante: para uma das três grandes agências mundiais de notação financeira, Portugal recuperou o seu estatuto de grau de investimento, o que abre um horizonte de estabilidade para o acesso aos recursos financeiros necessários para uma estratégia de mudança. Provou-se que o programa de ajustamento iniciado há seis anos tinha a capacidade de corrigir os desequilíbrios e de relançar o crescimento económico.

Neste número:

- *Divisão, complexidade... e a ideia de futuro*
- *Evolução favorável, mas muitas questões por resolver*
- *A saúde na Silver Economy – uma mudança demográfica e uma oportunidade para Portugal.*
- *Entre as autárquicas e o futuro*

Páginas 4 a 5

Editorial

Páginas 6 a 12

O que fica

Divisão, complexidade... e a ideia de futuro

As sociedades desenvolvidas estão hoje marcadas pelo facto de se terem tornado sociedades divididas, mas onde esta divisão decorre mais do choque entre possibilidades e expectativas do que de concepções diferenciadas sobre o que deve ser a construção do futuro. A divisão crítica mais geral é a que se estabelece entre o passado e o futuro, quando o campo de possibilidades do passado não se projeta no do futuro e a ideia da mudança como fator de progresso transforma-se no medo do futuro como fator de regressão

Páginas 13 a 18

Análise de Conjuntura

Evolução favorável, mas muitas questões por resolver

Nos finais do Verão, as perspetivas da evolução económica internacional apresentavam uma evolução favorável contemplando uma recuperação extensiva como já não se registava há uma década. Sobre estas perspetivas recaem, naturalmente, riscos e incertezas nos quais interessa refletir, sobretudo naqueles que respeitam aos riscos geopolíticos e de protecionismo

Quanto a Portugal, numa primeira leitura, se o enquadramento macroeconómico externo se mantiver favorável é expectável que a evolução portuguesa se mantenha favorável. Contudo, caso o processo da Catalunha comece a ter repercussões na economia espanhola, a economia portuguesa obviamente ressentir-se-á.

Tema de Fundo

A saúde na Silver Economy – uma mudança demográfica e uma oportunidade para Portugal

O envelhecimento não é necessariamente um fardo, e não necessariamente diminui a capacidade de uma pessoa contribuir para a sociedade: as pessoas mais velhas podem fazer contribuições valiosas e importantes para a sociedade e desfrutar de uma alta qualidade de vida. Mas isso depende de tratar o envelhecimento como uma oportunidade em vez de um fardo, e tomar uma chamada "abordagem baseada em ativos".

Em Portugal, alguns passos têm sido dados nesse sentido em setores específicos, como a saúde e o turismo. Permanecem, no entanto, ações pontuais, não incorporadas numa estratégia integrada que permita o pleno aproveitamento das oportunidades que esta nova realidade comporta.

Geopolítica e Prospetiva

Entre as autárquicas e o futuro

Mais do que analisar os resultados individualmente, ou discutir as implicações políticas de nível partidário ou nacional que os resultados das eleições autárquicas realizadas no passado dia 1 de outubro poderão ter, importa sublinhar as linhas estruturais que devem refletir-se na ação dos agora eleitos para os diferentes órgãos autárquicos.

Retomamos assim o tema que nos levou a publicar o livro 'Ser Autarca. Missão e Desafios' na sequência do estudo que fizemos sobre 'Cidades e Desenvolvimento' e que apontou para o facto de que, nos últimos anos, tem vindo a ser demonstrado que são as organizações económicas e políticas criadas pelos indivíduos que fundamentam o sucesso económico dos países e das regiões, e que estes têm no contexto e na estrutura institucional de âmbito local importantes parceiros para que possam ganhar vantagens competitivas, e para que as regiões possam aumentar a sua atratividade e os países consigam aumentar o seu desenvolvimento económico e social.

Se a política portuguesa estivesse limitada a uma perspetiva nacionalista fechada, não teria meios para resistir à intensidade da turbulência dos acontecimentos deste terceiro trimestre de 2017: não poderia fazer nada para os evitar ou para os compensar, e não teria acesso a recursos financeiros ou de defesa que permitissem responder a essas forças de mudança que também podem ser forças de destruição.

Porém, este terceiro trimestre de 2017 mostrou um acontecimento relevante: para uma das três grandes agências mundiais de notação financeira, Portugal recuperou o seu estatuto de grau de investimento, o que abre um horizonte de estabilidade para o acesso aos recursos financeiros necessários para uma estratégia de mudança. Provou-se que o programa de ajustamento iniciado há seis anos tinha, apesar de algumas vicissitudes, a capacidade de corrigir os desequilíbrios e de relançar o crescimento económico.

A normalização da situação em Portugal significa que não é imperialista, nem é nacionalista... basta cumprir as regras que lhe asseguram o estatuto de grau de investimento.

O facto de estar na conjuntura certa também é naturalmente de ter em conta... com as perspetivas da evolução económica internacional apresentavam neste final de verão uma evolução favorável contemplando uma recuperação extensiva como já não se registava há uma década, e a evolução na zona euro também se tem revelado favorável.



Persistem no entanto riscos relevantes e incertezas que aconselham prudência, nomeadamente, a nível internacional a crise da Coreia do Norte e o estilo de governação de Trump, e a nível europeu, o processo negocial do Brexit, e o desenvolvimento da situação de Espanha, que aparentam ser as principais incertezas quanto à evolução económica e político-institucional da zona euro e da União.



No tema de fundo trazemos neste trimestre um tema que começa a despontar como tema de trabalho: a 'Silver Economy', que é uma das mais recentes áreas da economia, fruto desta nova realidade demográfica mundial que é o envelhecimento das populações. A crescente qualidade de vida e a decrescente natalidade, onde as pessoas vivem mais tempo, tendencialmente com mais anos de vida saudável, e as gerações não se renovam como há umas décadas

Este terceiro trimestre de 2017 mostrou um acontecimento relevante: para uma das três grandes agências mundiais de notação financeira, Portugal recuperou o seu estatuto de grau de investimento, o que abre um horizonte de estabilidade para o acesso aos recursos financeiros necessários para uma estratégia de mudança.

atrás, estão na génese desta tendência demográfica que perpassa todos os continentes e todos os países, embora com níveis de envelhecimento distintos.

Portugal, que está no top 10 dos países em maior envelhecimento, ainda não tem uma estratégia clara que lhe permita tirar o máximo partido desta oportunidade de crescimento social e económico. Este será certamente um tema com o qual os novos autarcas, recém-(re)eleitos terão que se defrontar no exercício dos seus mandatos.



Atualmente considerada a terceira mais importante área da economia, é já um dos eixos estratégicas de desenvolvimento da União Europeia e de países como a Irlanda, que tem como meta ser o país líder, a nível mundial, na inovação relacionada com a *Silver Economy*.

Portugal, que está no top 10 dos países em maior envelhecimento, ainda não tem uma estratégia clara que lhe permita tirar o máximo partido desta oportunidade de crescimento social e económico.

Este será certamente um tema com o qual os novos autarcas, recém-(re)eleitos terão que se defrontar no exercício dos seus mandatos.

Mais do que analisar os resultados individualmente, ou discutir as implicações políticas de nível partidário ou nacional que os resultados das eleições autárquicas realizadas no passado dia 1 de outubro poderão ter, sublinhamos no tema de Geopolítica e Prospetiva as linhas estruturais que devem refletir-se na ação dos agora eleitos para os diferentes órgãos autárquicos.

Retomamos o tema sobre o qual já amplamente refletimos, quer no contexto macro quer na publicação de um livro sobre o papel do autarca como líder de uma unidade de poder de relevância acrescida no contexto de globalização competitiva – a cidade como grandes fatores de mudança, de progresso, de geração de riqueza e de qualidade de vida.

A todos, boas leituras!

Divisão, complexidade... e a ideia de futuro

As mudanças mais profundas no padrão de ordem mundial ou de cada sistema nacional não são, geralmente, as que decorrem de acontecimentos extraordinários. Pelo contrário, são as que resultam da acumulação lenta de pequenos desvios ao que se apresentava como sendo a tendência de longo prazo e que, a partir de um ponto crítico, desencadeia uma transformação estrutural no campo de possibilidades.



As mudanças mais profundas no padrão de ordem mundial ou de cada sistema nacional não são, na generalidade dos casos, as que decorrem de acontecimentos extraordinários que, por efeito de surpresa ou por determinação daqueles que os desencadeiam, alteram o curso esperado da evolução e abrem para um novo campo de possibilidades. Nestes casos, seja porque a surpresa foi de curta duração ou porque a determinação dos agentes perdeu intensidade depois do seu sucesso inicial, a perturbação da linha de tendência de longo prazo pode ser absorvida, e a mudança induzida por esse acontecimento extraordinário revela-se, afinal, superficial, sem consequências estruturais. Alimentou comentários e imaginações, mas não abriu uma nova linha de tendência na construção do futuro.

Pelo contrário, as mudanças mais profundas são as que resultam da acumulação lenta de pequenos desvios ao que se apresentava como sendo a tendência de longo prazo e que, a partir de um ponto crítico desse processo de acumulação de pequenos, mas repetidos, desvios, desencadeia uma transformação estrutural no campo de possibilidades. A partir desse ponto crítico em que convergiram fatores de mudança com origem diversa, já não será possível retomar a anterior linha de tendência, e o que se apresenta agora como inevitável é a descontinuidade estrutural, a necessidade de refundar a teoria e a prática que foram predominantes até aí, porque o que se sabe do passado não transita para o que é possível fazer no futuro.

A descontinuidade, que resulta da acumulação de pequenas interrupções e desvios, de origem diversa mas cada um sem encontrar resolução estável, é um contexto em que o futuro não recebe a herança do passado, mas onde as sociedades continuam a ser orientadas pela memória que têm desse passado que já não configura o que são as possibilidades do futuro. A descontinuidade na linha de tendência antes estabelecida não é apenas um corte na linha do tempo, também é uma desatualização do sistema de conhecimentos e do quadro de experiências que fundamentaram as decisões e as expectativas. A evolução do sistema mundial e de cada uma das sociedades que o integram deixa de ter agentes que a comandem e passa a ser produzida pela interação de forças contingentes, com racionalizações próprias de cada uma, mas sem um padrão de referência comum que seja estável.

O terceiro trimestre de 2017 oferece muitas ilustrações para este tipo de processo de mudança profunda que está em curso nas sociedades desenvolvidas. Produzir legendas para estas ilustrações tem como dificuldade principal escolher a perspectiva de observação do que se quer mostrar: a questão não está na abundância dos exemplos, mas sim na sequência da exposição.

As sociedades desenvolvidas estão hoje marcadas pelo facto de se terem tornado sociedades divididas, mas onde esta divisão decorre mais do choque entre possibilidades e expectativas do que de concepções diferenciadas sobre o que deve ser a construção do futuro.



O que se escolheu para a síntese do trimestre é a evidência de que as sociedades desenvolvidas estão hoje marcadas pelo facto de se terem tornado sociedades divididas, mas onde esta divisão decorre mais do choque entre possibilidades e expectativas do que de concepções diferenciadas sobre o que deve ser a construção do futuro. A evidência dessa divisão encontra-se em sucessivos resultados eleitorais que não respeitam as tendências anteriores em sistemas políticos com uma longa história, que não geram maiorias claras ou que configuram maiorias por via de colégios eleitorais que não correspondem ao que foi o voto popular, que põem em causa sistemas partidários pela intromissão de candidatos sem experiência política anterior ou através de novos partidos formados para explorar uma oportunidade eleitoral. São resultados fora da tendência, que sinalizam uma instabilidade profunda no campo eleitoral, na sociedade, que os agentes políticos e os partidos estabelecidos não conseguem controlar e integrar, projetando a crise do sistema social na crise do sistema político.

Quando o que se esperava não é o que está a acontecer, o que se encontra nas sociedades desenvolvidas não é partir do reconhecimento dessa surpresa para a formulação de uma resposta comum que procure a explicação para essa divergência entre o projetado e o verificado. Pelo contrário, essa surpresa gera respostas divididas, onde umas se recusam a identificar o que foi a mudança das possibilidades e rejeitam a necessidade de corrigir as expectativas, e outras sublinham a mudança das circunstâncias e a desatualização das expectativas formadas no quadro das condições anteriores. O resultado geral desta divisão nos modos de reação aos sinais de incongruência entre o que se esperava e o que se obtém é a intensificação da dinâmica da crise na sociedade e na política, com a aceleração do processo de mudança que se autonomiza do comando político.

Estas respostas divididas já não correspondem ao confronto entre esquerda e direita, uma divisão horizontal que era tradicional nos sistemas políticos nacionais (as fronteiras delimitadoras dos Estados nacionais mantinham os contendores dessa conflitualidade dentro do território nacional, onde tinham de encontrar a resolução do seu conflito), mas resultam de um novo tipo de bipolaridade que agrega

diversas clivagens verticais: estratos sociais inferiores contra estratos sociais superiores, grupos sociais protegidos contra grupos sociais competitivos, interesses conservadores contra interesses reformadores, estratégias para espaços fechados contra estratégias para espaços abertos, escala nacional contra escala global.

O eixo horizontal tradicional de esquerda contra direita tem de ser agora combinado com o eixo vertical onde se encontram as escolhas entre espaços fechados e espaços abertos, entre a referenciação nacional e a referenciação global, entre as estratégias conservadoras e as estratégias reformadoras, entre os interesses dos estratos sociais inferiores (que procuram a proteção e desejam a distribuição de rendimentos) e os estratos sociais superiores (que procuram a competição e consideram que as desigualdades de rendimentos são a consequência das desigualdades de mérito e de produtividade).

A bipolaridade esquerda/direita foi evoluindo até se transformar na fragmentação das posições políticas. A divisão crítica mais geral é a que se estabelece entre o passado e o futuro, quando o campo de possibilidades do passado não se projeta no do futuro e a ideia da mudança como fator de progresso transforma-se no medo do futuro como fator de regressão.

A bipolaridade horizontal foi evoluindo até se transformar, nas sociedades modernas desenvolvidas, na fragmentação das posições políticas em quatro quadrantes, cada um com as suas condições de realização dos seus objetivos e os seus equilíbrios próprios, em função dos quais o eleitorado se divide em blocos de votantes de pesos muito diferentes. É dessa desigualdade de pesos eleitorais que vai depender a continuidade estratégica das políticas que forem escolhidas, mas também é por isso que a qualidade das políticas depende do modo como for racionalizada a fragmentação da sociedade e da política que é revelada quando se consideram os quatro quadrantes, quando antes era suficiente trabalhar apenas com dois quadrantes. É maior a complexidade e também é maior a instabilidade e a incerteza.

A divisão crítica mais geral, que engloba todas as outras, é a que se estabelece entre o passado e o futuro, quando o campo de possibilidades do passado não se projeta no campo de possibilidades do futuro. Esta descontinuidade tem a sua expressão mais radical e mais ameaçadora na demografia, que é simultaneamente, a tendência de mudança que é mais determinista e que se mantém oculta. Nos Estados Unidos, a população branca deixará de ser o grupo social maioritário na terceira década do século XXI – e esta é uma mudança profunda que faz sentir os seus efeitos muito antes da sua concretização factual. Na Europa, a ameaça terrorista do islamismo transportada pelas correntes migratórias difunde incerteza e instabilidade, alimentando o desejo de instalação de barreiras e de dispositivos securitários.



Quando o futuro deixa de ser a projeção do passado, a ideia da mudança como fator de progresso transforma-se no medo do futuro como fator de regressão. As sociedades desenvolvidas da Europa e

dos Estados Unidos estão a projetar o futuro mais como ameaça do que como oportunidade.

A crise estratégica nos Estados Unidos

Os primeiros seis meses da presidência de Donald Trump não tiveram nenhuma surpresa em relação ao que estava projetado desde a sua eleição, mas são uma mudança profunda e radical do papel dos Estados Unidos como poder coordenador da estrutura de ordem mundial. A ausência de surpresa no exercício da função presidencial coexiste com a surpresa extraordinária que decorre do modo como os Estados Unidos estão a desistir do seu papel de poder predominante no mundo, conduzidos por um protagonista sem capacidade para conduzir uma sociedade dividida e sem ter uma conceção estratégica que possa preencher o vazio que as suas decisões estão a criar. Querendo reconstituir as condições do passado da supremacia branca, Trump está a destruir o futuro em que os Estados Unidos conservassem uma função de liderança na esfera mundial.

A ausência de surpresa no exercício da função presidencial coexiste com a surpresa extraordinária que decorre do modo como os Estados Unidos estão a desistir do seu papel de poder predominante no mundo, conduzidos por um protagonista sem capacidade para conduzir uma sociedade dividida e sem ter uma conceção estratégica que possa preencher o vazio que as suas decisões estão a criar.



A agenda política de Trump é um aglomerado de posições políticas conservadoras com diversas origens e que foram apresentadas em períodos muito diferentes, mas que aparecem agora sobrepostas numa mistura sem coerência: baixar impostos, combater a imigração, restabelecer o protecionismo no comércio internacional, reduzir as rubricas orçamentais com políticas públicas com o objetivo de não aumentar a dívida pública, impedir a deslocalização das empresas para defender o emprego dos americanos, afirmar o isolacionismo estratégico porque não tem uma conceção globalista do papel dos Estados Unidos. Nenhuma destas propostas é original, já foram apresentadas, em diversos momentos, por grupos políticos conservadores. Mas é a primeira vez que todas elas encontram um canal de expressão através da instituição e dos poderes da presidência norte-americana. Na sua mistura, estas propostas são incongruentes em termos estratégicos, não reconhecem que o crescimento de uma economia moderna depende das redes de relações com outros mercados e que a principal ameaça aos empregos nacionais não decorre do comércio internacional mas sim dos desenvolvimentos tecnológicos que alteram os modos de produção, como também não reconhecem o papel que tem o padrão de ordem mundial na redução da incerteza que prejudica a mobilidade dos recursos de capital e de trabalho, diminuindo o potencial de crescimento de todas as economias – e também o crescimento da economia americana.

Estas incongruências, porém, são ocultadas pela maior visibilidade

A presidência de Trump abre um período de interregno na política americana: não tem continuidade com o passado, não tem consistência programática e não tem congruência de objetivos. Porém, quando se abre um período de interregno na potência que ainda é dominante, isso implica que também seja um interregno na estruturação da ordem mundial, abrindo-se a oportunidade para que potências de escala regional funcionem como geradores de instabilidade.



que tem a conflitualidade introduzida na política americana pelo modo como Trump exerce a sua função presidencial, que se amplifica pelo facto de também os dois partidos dominantes estarem a fragmentar-se, cada um deles com conflitualidade interna entre linhas radicais e linhas moderadas – e com Trump a acentuar essa fragmentação quando ameaça fazer entendimentos com os Democratas para assim mostrar o seu descontentamento com as hesitações dos Republicanos que não fazem aprovar as medidas da sua agenda radical. O populismo de Trump não se manifesta apenas na acumulação de propostas que são incongruentes, mas que procuram responder às expectativas de diferentes grupos do eleitorado, que não formam uma plataforma política consistente. Esse populismo também aparece no seu ataque às elites políticas dos dois partidos, o que terá como consequência uma maior fragmentação e uma menor eficiência dessas estruturas partidárias. O projeto de Trump não corresponde a um programa político, que precisa de ter propostas consistentes e objetivos congruentes. O que Trump pretende fazer é integrar os múltiplos fatores de descontentamento de diferentes grupos da sociedade americana e esperar que dessa mistura venha a emergir uma estratégia política – mas só encontrará a destruição de recursos e de instituições de que precisaria para concretizar qualquer política, fosse ela boa ou má, progressista ou conservadora.

A presidência de Trump abre um período de interregno na política americana: não tem continuidade com o passado, não tem consistência programática e não tem congruência de objetivos, mas ocupa o poder sem oferecer uma linha de orientação, o que significa que também não tem uma imagem do futuro. Porém, quando se abre um período de interregno na potência que ainda é dominante, isso implica que também seja um interregno na estruturação da ordem mundial, abrindo-se a oportunidade para que potências de escala regional funcionem como geradores de instabilidade estimuladas por potências de escala global – uma dinâmica com riscos elevados, mas que se torna inevitável quando se desagrega aquele que era o poder hegemónico.

O vazio criado pela desistência dos Estados Unidos do que era a sua função de coordenação estratégica da ordem mundial não implica apenas a perda de domínio norte-americano sobre o que são as tendências que configuram o futuro, implica também que esteja aberta a oportunidade para que outros centros de poder procurem ocupar esse vazio. Têm em seu benefício o facto de não pretenderem reconstituir as condições do passado, que não é uma configuração atrativa para esses centros de poder e para as suas populações. Também por isso, é inevitável que aceitem correr riscos elevados –

como são os conflitos periféricos na península da Coreia e as tensões no Médio Oriente entre sunitas e shiitas, com os israelitas a servir de fator de atração das potências ocidentais – para reduzirem a influência dos Estados Unidos e da Europa. Os primeiros seis meses da presidência Trump não permitem esperar a redução da instabilidade mundial nem anunciam a construção de uma nova ordem mundial.

A indeterminação na Europa

Mais do que as eleições alemãs (que são importantes apenas porque vão definir o que será o novo sistema de configuradores da mudança na evolução da União Europeia), são os efeitos das eleições presidenciais francesas (com a eleição de um presidente que tem uma maioria absoluta no Parlamento sem ter um partido organizado que conduza a sua política de reformas) e das eleições antecipadas britânicas (que tinham o objetivo de reforçar o poder do Reino Unido nas suas negociações de abandono da União Europeia, mas que tiveram como efeito a perda da maioria absoluta do Partido Conservador e a revelação de que o poder britânico ainda não tem, e provavelmente nunca terá, uma linha estratégica para o que se seguirá ao Brexit) que influenciam o que vai ser a evolução política na Europa no quadro da crise de escala mundial que é gerada com a desistência norte-americana do seu estatuto e da sua função de centro hegemónico na ordem mundial.

Com os poderes atuais, nenhuma potência europeia teria construído impérios de escala mundial. É por isso que não haverá alternativa à construção do espaço estratégico europeu através de tratados da União, que vão estabelecendo, em função das circunstâncias e dos objetivos, a plataforma onde as soberanias nacionais encontrem o modo constituinte do poder europeu – aquele a que nenhum Estado europeu pode aspirar isoladamente, mas que todos podem partilhar desde que essa plataforma exista.

Tanto a França como o Reino Unido confirmam que as suas dinâmicas políticas internas, o seu nacionalismo e a sua soberania, não são nacionalistas nem soberanistas, são determinadas por aquilo que for a evolução do espaço integrado europeu, pois só se este existir como espaço estratégico consistente e prosseguindo objetivos congruentes é que as afirmações das soberanias nacionais terão condições de concretização. Os projetos políticos nacionais precisam da escala europeia para terem condições de relevância e possibilidade de acesso aos recursos de que precisam para se concretizarem – nenhum Estado europeu pode reconstituir as suas condições do passado quando iniciaram os seus processos de expansão e de construção de impérios na escala mundial.



A indeterminação europeia é mais uma ilustração da instabilidade criada pela descontinuidade do passado em relação ao futuro: os que continuam presos às memórias dos poderes que tiveram têm dificuldade em compreender o que pode ser o futuro com os poderes que efetivamente têm no presente. Com os poderes atuais, nenhuma potência europeia teria construído impérios de escala mundial. É por isso que não haverá alternativa à construção do espaço estratégico

Europeu através de tratados da União, que vão estabelecendo, em função das circunstâncias e dos objetivos, a plataforma onde as soberanias nacionais encontrem o modo constituinte do poder europeu – aquele a que nenhum Estado europeu pode aspirar isoladamente, mas que todos podem partilhar desde que essa plataforma exista.

A normalização de Portugal

Quando se considera a intensidade da turbulência dos acontecimentos deste terceiro trimestre de 2017 pode-se fazer uma avaliação do que seriam os seus efeitos de perturbação se a política portuguesa estivesse limitada a uma perspetiva nacionalista fechada. Não teria meios para resistir a estes choques, não poderia fazer nada para os evitar ou para os compensar, e não teria acesso a recursos financeiros ou de defesa que permitissem responder a essas forças de mudança que também podem ser forças de destruição. O que poderia fazer Portugal se, nestas circunstâncias, não tivesse a proteção do enquadramento europeu seria certamente muito menos e, sobretudo, muito mais incerto no que se refere à projeção do futuro possível, do que foi conseguido usando o referencial e os recursos da União Europeia.

A fragmentação do campo político (eleitoral e partidário) em Portugal promove a formação de fórmulas parlamentares maioritárias que são incongruentes, que não são estáveis nem coerentes. Permitem ocupar o poder, mas não permitem exercer um poder que tenha o desígnio das mudanças estratégicas. Sem o referencial europeu, seria um longo interregno e a resignação à estagnação, com a gestão, mais ou menos hábil, das expectativas. Porém, este terceiro trimestre de 2017 mostrou um acontecimento relevante: para uma das três grandes agências mundiais de notação financeira, Portugal recuperou o seu estatuto de grau de investimento, o que abre um horizonte de estabilidade para o acesso aos recursos financeiros necessários para uma estratégia de mudança. Provou-se que o programa de ajustamento iniciado há seis anos, apesar de algumas vicissitudes, tinha a capacidade de corrigir os desequilíbrios e de relançar o crescimento económico – não é preciso inventar nada, só é preciso melhorar o que já se conhece e não resistir ao que é a linha da necessidade. A normalização de Portugal significa que não é imperialista (nunca mais será), nem é nacionalista (inútil quando tem acesso à escala europeia), basta cumprir as regras que lhe asseguram o estatuto de grau de investimento.



Este terceiro trimestre de 2017 mostrou um acontecimento relevante: para uma das três grandes agências mundiais de notação financeira, Portugal recuperou o seu estatuto de grau de investimento, o que abre um horizonte de estabilidade para o acesso aos recursos financeiros necessários para uma estratégia de mudança. Provou-se que o programa de ajustamento iniciado há seis anos tinha a capacidade de corrigir os desequilíbrios e de relançar o crescimento económico.

Evolução favorável, mas muitas questões por resolver

PERSPETIVA INTERNACIONAL

Nos finais do Verão, as perspetivas da evolução económica internacional apresentavam uma evolução favorável contemplando uma recuperação extensiva como já não se registava há uma década. O FMI tinha confirmado em Julho essa leitura, apontando para um crescimento de cerca de 3.5% em 2017 e de 3.6% em 2018 para a economia internacional. As economias emergentes deveriam registar um crescimento de 4.6% em 2017 e de 4.8% em 2018. Por outro lado, as economias avançadas deveriam registar um crescimento de 2.0% em 2017 e de 1.9% em 2018, contemplando estes números revisões ligeiras, em baixa do crescimento da economia norte-americana e em alta da do zona euro. Quanto à China, o FMI revia em alta, de 6.2% para 6.7% a taxa de crescimento em 2017, e avançava uma taxa média anual de crescimento de 6 % a 6.4% até 2021. As perspetivas de Outono ainda não conhecidas não deverão ter uma leitura relativamente diferente desta.

Nos finais do Verão, as perspetivas da evolução económica internacional apresentavam uma evolução favorável contemplando uma recuperação extensiva como já não se registava há uma década. Sobre estas perspetivas recaem, naturalmente, riscos e incertezas nos quais interessa refletir, sobretudo naqueles que respeitam aos riscos geopolíticos e de protecionismo.



O panorama energético parecia confirmar esta leitura. A Agência Internacional de Energia reviu em alta (em Setembro) o consumo mundial de petróleo em 2017 e em 2018 indiciando que a procura se estará a aproximar da oferta e equilibrando o mercado. No entanto, os sinais de que os preços do petróleo não têm condições para serem sustentadamente superiores à ordem de grandeza na casa dos 50\$US não se desvaneceram. Em final de Novembro saber-se-á se o acordo entre a OPEP e a Rússia de Novembro de 2016 de corte na produção e renovado até Março de 2018 será prolongado. Caso não ocorram condições para o seu prolongamento, a possibilidade da recuperação da produção shale/não convencional norte-americana, rentável em níveis de preços superiores a cerca de 50-55US\$, deverá contribuir para manter o petróleo na referida casa dos 50US\$.

Sobre estas perspetivas recaem, naturalmente, riscos e incertezas. Para além das de ordem económica e financeira (eventualidade de alguma ocorrência sistémica) interessa refletir naqueles que respeitam aos riscos geopolíticos e de protecionismo. A questão da Coreia do Norte e de um eventual conflito nuclear catastrófico, a nível e escala global – ultrapassando o nível regional asiático que só teria sentido equacionar num exercício “ceteris paribus” – tinha passado a ser um risco com significado no Verão. Esse mesmo risco – que não está afastado – possibilitou, entretanto, um

“compromisso” (até meados de Setembro) entre as três grandes potências, USA, China e Rússia, traduzido em duas resoluções votadas por unanimidade no Conselho de Segurança da ONU (a 6 de Agosto e a 12 de Setembro) impondo sanções à Coreia do Norte (que no entanto não foram tão penalizadoras como pretendiam os USA, porque a China teme o desmoronamento/implosão da Coreia do Norte com as correspondentes repercussões diretas no seu território e as geopolíticas quanto à península coreana). O referido “compromisso” dificulta uma guerra comercial/protecionista entre os USA e a China. Do outro lado do planeta, configurar-se-ia uma ameaça russa sobre vizinhos europeus à qual a NATO teria que responder mas que o Presidente Trump “hesita” em respeitar. No entanto, em Julho, Trump acabou por confirmar, quando da visita à Polónia, o compromisso do artº 5 da NATO (cláusula de “mútua defesa”).

As vicissitudes do processo “caótico” na Casa Branca acabaram por conduzir a que três oficiais-gerais chegassem ao topo do processo de tomada de decisão, reintroduzindo alguma “racionalidade” quanto ao referido processo de tomada de decisão no contexto da “imprevisibilidade” de Trump.



Por outro lado, as vicissitudes do processo “caótico” na Casa Branca acabaram por conduzir a que três oficiais-gerais chegassem ao topo do processo de tomada de decisão – o Chefe de Gabinete (John Kelly, reformado), o “National Security Advisor” (H. R. McMaster, no activo) e o Secretário de Estado da Defesa (/Pentágono) (James Mattis, reformado) – reintroduzindo alguma “racionalidade” quanto ao referido processo de tomada de decisão no contexto da “imprevisibilidade” de Trump. Estas evoluções poderão permitir, porventura, uma leitura “não ortodoxa”: Putin “salva” uma NATO “obsoleta” e a questão da Coreia do Norte recupera(/“salva”) o papel da ONU/Conselho de Segurança (instituição inicialmente não devidamente considerada por Trump) e dificulta um desencadear dum processo de proteccionismo comercial que penalizaria toda a economia internacional.

A economia norte-americana deverá crescer a uma taxa de 2.1% (segundo o FMI, Junho) em 2017 e em 2018. Estas projeções constituem uma revisão em baixa de anteriores projeções, porque descontam efeitos expansionistas que eram esperados da política orçamental que não se concretizaram. A revisão do código fiscal norte-americano ainda não foi apresentada e posta a votação. A não revogação e substituição do Obamacre revelou inabilidade negocial por parte de Trump e um partido republicano não coeso indiciando que o mesmo poderá ocorrer quanto à fiscalidade. No entanto, Trump já revelou pragmatismo ao aliar-se com os Democratas para fazer passar o aumento do teto das despesas públicas e não é de descartar que revele esse pragmatismo na fiscalidade (ultrapassando os Republicanos). Este pragmatismo é também “consistente” com a evolução do processo de tomada de decisão geopolítica da Casa Branca antes referido.

A economia continua a revelar uma evolução favorável no desemprego (taxa de 4.4% em Agosto) mas o crescimento dos salários (2.5% nos últimos doze meses até Agosto) não revela um crescimento que alimente tensões inflacionistas (o deflator do consumo privado situava-se nos 1.6% em termos anuais, no segundo trimestre, e o IPC subiu para os 1.9% em Agosto). Esta evolução salarial, as incertezas quanto à fiscalidade (e ao seu grau de expansionismo) e os efeitos das intempéries/tempestades ocorridas em Setembro poderão, entre outros, fazer com que o FED adie o aumento das taxas de juro do dólar em Dezembro como era esperado, embora esta possibilidade tenha ainda um grau significativo de probabilidade. Deve, no entanto, começar a reduzir o seu balanço, em breve, i.e., a retirar gradualmente liquidez que introduziu no sistema por via do QE.

A evolução na zona euro também se tem revelado favorável. Segundo as últimas projeções do BCE (referidas por Draghi em Setembro) o PIB da zona euro deverá aumentar 2.2% em 2017, 1.8% em 2018 e 1.7% em 2019. Estas projeções representam uma revisão em alta para 2017 das de Junho, refletindo um maior e disseminado crescimento. A inflação era de 1.5% em Agosto e as projeções do BCE apontavam para uma taxa de 1.5% em 2017, 1.2% em 2018 e 1.5% em 2019. Estas projeções representavam uma ligeira revisão em baixa, face às de Junho, devido à apreciação do euro. O BCE decidiu manter as taxas de juro e confirmou o QE de 60€bn até final de 2017 (ou para lá caso se torne necessário). Anunciou, no entanto, que decidiria no Outono a calibragem dos instrumentos de política monetária (i.e., que grau e por quanto mais tempo se deverá prolongar o QE) para além do final do ano tendo em conta as expectativas de inflação e as condições financeiras necessárias para a aproximação do objetivo da inflação (perto, mas abaixo, dos 2%). O comportamento da zona euro em 2017 será o melhor desde 2007. A taxa de desemprego (ajustada sazonalmente) situava-se nos 9.1% em Julho contra 10.0% um ano antes. Correspondia à menor taxa desde Fevereiro de 2009.

A evolução na zona euro também se tem revelado favorável. O processo negocial do Brexit, e o desenvolvimento da situação de Espanha aparentam ser as principais incertezas quanto à evolução económica e político-institucional da zona euro e da União.



O processo negocial do Brexit, e o desenvolvimento da situação de Espanha aparentam ser as principais incertezas quanto à evolução económica e político-institucional da zona euro e da União. Se a questão de Espanha aparece como uma incerteza com a qual a União não encontrou ainda forma de lidar (se é que existirá...), no que respeita ao Brexit, não tem havido progressos operativos – a União pretende discutir/acordar primeira e nomeadamente a fatura do divórcio e o estatuto dos residentes/emigrantes da União no UK e dos residentes ingleses no continente (e a tutela do Tribunal de Justiça Europeu (TJE) sobre esse domínio e das questões jurídicas

pendentes); o UK aparenta querer englobar à partida estas questões tendo em conta o que serão as relações com a União pós Brexit (rejeitando qualquer intervenção direta do TJE). Admite-se ainda um período de transição (após Março de 2019, i.e., decorridos os dois anos depois de invocado o artº 50) para evitar/minorar uma forte disrupção, mas o tipo de relacionamento (como regras de mercado interno e/ou liberdade de circulação e quem as tutelaria atendendo a que o UK não aceita a jurisdição direta do TJE) nesse período constitui uma incerteza e um tema de conflito. A PM Theresa May encontra-se numa posição “desconfortável” – não tem a maioria no Parlamento – para apresentar compromissos/faturas politicamente difíceis. Por outro lado, os partidos estão divididos quanto ao que querem do Brexit – “começam” a perceber os custos do divórcio – e a posição da PM estará sempre em jogo/disputa dentro do próprio partido. Em suma, as condições para o processo são “delicadas” e não é possível descartar hipóteses de períodos de tensão/rutura com implicações económicas, quer na zona euro, quer no UK e União.

No que respeita ao Brexit, as condições para o processo são “delicadas” e não é possível descartar hipóteses de períodos de tensão/rutura com implicações económicas, quer na zona euro, quer no UK e União.

O futuro governo alemão será decisivo para inúmeras questões, em particular quanto à evolução do processo Brexit e quanto ao futuro político-institucional da União.



Em finais de Setembro ocorreram eleições na Alemanha. Como era previsto, a chanceler Merkel venceu, mas não se sabe que coligação irá emergir. O futuro governo alemão será decisivo para inúmeras questões, em particular quanto à evolução do processo Brexit (“Brexit means Brexit”) e quanto ao futuro político-institucional da União. No pós-Brexit, Berlim – a Pax Germanica – moldará (ainda mais) o futuro das regras internas à União e do seu relacionamento externo (não devendo esquecer a “hesitação” de Trump quanto à NATO ou, melhor, “aproveitando-a” para um impulso no sentido de um maior esforço de defesa e segurança europeu).

PERSPETIVA PORTUGUESA

O quadro das perspetivas para a economia (e sociedade) portuguesa(s) aparenta revelar-se, neste contexto de riscos e incertezas, menos complexo do que anteriormente (salvo se ocorrer conflito militar por causa da Coreia do Norte ou se agravar ainda mais a crise em Espanha). Do ponto de vista restrito macroeconómico, o quadro de perspetivas apresenta-se ainda mais favorável do que meses atrás.

De acordo com o INE “...O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou, em termos homólogos, 2,9% em volume no 2º trimestre de 2017 (taxa de 2,8% no trimestre anterior). A procura externa líquida manteve um ligeiro contributo positivo para a variação homóloga do

PIB, verificando-se uma desaceleração em volume das Exportações de Bens e Serviços de magnitude idêntica à observada nas Importações de Bens e Serviços. A procura interna manteve um contributo positivo elevado, superior ao do trimestre precedente, em resultado da aceleração do Investimento. Comparativamente com o 1º trimestre de 2017, o PIB aumentou 0,3% em termos reais (variação em cadeia de 1,0% no trimestre anterior)”.

Indicadores mais recentes continuam a apontar para uma evolução favorável, o que poderá permitir que a economia portuguesa alcance, ou mesmo supere, a taxa de crescimento de 2.5% em 2017 como muitas análises (incluindo o FMI) avançam. Esta evolução propicia que o cumprimento do objetivo do défice das contas públicas e uma redução do peso da dívida pública em relação ao PIB superior ao esperado (o denominador da fração cresce mais rapidamente do que o numerador). Por outro lado, a taxa de desemprego, ajustada sazonalmente, era de 9.1% em Julho (contra 10.9% um ano antes).

Numa primeira leitura, se o enquadramento macroeconómico externo se mantiver favorável é expectável que a evolução portuguesa se mantenha favorável. Contudo, caso o processo da Catalunha comece a ter repercussões na economia espanhola, a economia portuguesa obviamente ressentir-se-á.

Esta evolução reflete em larga medida o enquadramento internacional e o da zona euro favoráveis, atrás referido. Tendo em conta estas evoluções e perspetivas internas e externas a agência de rating Standard & Poor’s melhorou o rating da dívida soberana portuguesa, retirando-o do “lixo”. Era expectável que as agências o fizessem dentro de meses, a S&P surpreendeu, antecipando-se em meados de Setembro. Esta melhoria de notaçao deverá contribuir para baixar as taxas de juro da dívida portuguesa compensando os efeitos de subida que deverão decorrer da retirada gradual de estímulos da política monetária por parte do BCE depois do final de 2017.



Numa primeira leitura, se o enquadramento macroeconómico externo se mantiver favorável é expectável que a evolução portuguesa se mantenha favorável. Contudo, há uma “especificidade” nesse enquadramento que poderá interferir, em particular, com Portugal dado o contexto geográfico e da importância do relacionamento a todos os níveis. Trata-se do movimento independentista da Catalunha. Até finais do Verão os mercados ainda não tinham reagido. Caso o referido processo se mantenha ao nível político-jurídico e sem repercussões na economia espanhola o enquadramento externo favorável de Portugal mantém-se. Caso o referido processo comece a ter repercussões na economia espanhola, a economia portuguesa obviamente ressentir-se-á. Mais grave, se o referido processo perfilar no horizonte de médio prazo como provável um processo de “balcanização” da Espanha, não será só no campo (macro)económico que Portugal terá impactes. Eles surgirão também ao nível político e das opções de relacionamento externo.

Do ponto de vista interno – e por causa da evolução e perspectivas económicas favoráveis – importa agora, nomeadamente, salvaguardar requisitos essenciais que permitiram essa mesma evolução, em particular, a contenção do défice público e a trajetória de redução do peso da dívida pública. Por outros termos, haverá que gerir reivindicações sociais/salariais, perfeitamente legítimas e expectáveis, de modo a evitar processos de “descarrilamento” das contas públicas e externas.

Em termos das incertezas europeias, o Brexit, como antes se referiu, ressalta. O peso nominal de Portugal para influenciar o processo é escasso. No entanto, poderão emergir/ocorrer situações de um poder “soft” e de “facilitador” no processo negocial para Portugal, que minimize disrupções negativas para todos. Caso tal venha a ocorrer, Portugal estará gerindo as suas interdependências e superando o seu peso nominal. Idêntico papel deve ser tentado nas relações transatlânticas, quer comerciais, quer nos domínios da Defesa e Segurança no contexto do processo Brexit. Atente-se que somos “marítimos” e estamos a negociar/defender a extensão da plataforma continental, e a “Pax Germanica” tende a ser predominantemente “continental”.

«Do ponto de vista interno importa agora, nomeadamente, salvaguardar requisitos essenciais que permitiram a contenção do défice público e a trajetória de redução do peso da dívida pública. Por outros termos, haverá que gerir reivindicações sociais/salariais, perfeitamente legítimas e expectáveis, de modo a evitar processos de “descarrilamento” das contas públicas e externas.»

A saúde na Silver Economy – uma mudança demográfica e uma oportunidade para Portugal

A Silver Economy é uma das mais recentes áreas da economia, fruto desta nova realidade demográfica mundial que é o envelhecimento das populações. A crescente qualidade de vida e a decrescente natalidade, onde as pessoas vivem mais tempo, tendencialmente com mais anos de vida saudável, e as gerações não se renovam como há umas décadas atrás, estão na génese desta tendência demográfica que perpassa todos os continentes e todos os países, embora com níveis de envelhecimento distintos.

Atualmente considerada a terceira mais importante área da economia, é já um dos eixos estratégicas de desenvolvimento da União Europeia e de países como a Irlanda, que tem como meta ser o país líder, a nível mundial, na inovação relacionada com a Silver Economy. Portugal, que está no top 10 dos países em maior envelhecimento, ainda não tem uma estratégia clara que lhe permita tirar o máximo partido desta oportunidade de crescimento social e económico.



Atualmente considerada a terceira mais importante área da economia, é já um dos eixos estratégicas de desenvolvimento da União Europeia e de países como a Irlanda, que tem como meta ser o país líder, a nível mundial, na inovação relacionada com a Silver Economy.

Portugal, que está no top 10 dos países em maior envelhecimento, ainda não tem uma estratégia clara que lhe permita tirar o máximo partido desta oportunidade de crescimento social e económico.

A Silver Economy (ou Smart Ageing Economy como também é referida) é a área da economia que diz respeito aos cidadãos com 50 e mais anos de idade (adultos e seniores) e ao envelhecimento, nas suas mais diversas vertentes. Inclui todas as atividades económicas por ele impactadas, como exemplo a saúde e o bem-estar, o turismo e o lazer, finanças, transportes, habitação, educação e emprego, entre outras. Nos próximos 30 anos ela será cada vez mais estratégica para o desenvolvimento da União Europeia e dos países membros, pois as pessoas com 50 e mais anos de idade estão a moldar as sociedades e a economia, ao constituírem-se como o grande segmento da população, com novas motivações e necessidades, seja na área do consumo, do emprego e do trabalho ou mesmo da cidadania. Nesse sentido, tanto a nível europeu quanto português têm-se vindo a desenvolver uma série de iniciativas que visam compreender de que forma o envelhecimento está a impactar a economia e o que pode, e deve, ser feito para minimizar os aspetos negativos e potenciar, ao máximo, o que existe de positivo e que represente um acelerador económico.

Uma das áreas em que mais se tem vindo a apostar é a área da saúde, nas suas mais diversas vertentes (longevidade e bem-estar, turismo de saúde, envelhecimento e doenças relacionadas com o envelhecimento, farmacologia, “ageing in place”, entre outras), pela sua transversalidade e pelo potencial de desenvolvimento de novas soluções que permitem a criação de melhores condições de vida das populações europeias, por um lado. Por outro, pelo potencial de desenvolvimento económico pensado num contexto de forte competitividade global.

A título de exemplo, ficam aqui referidos 3 dos programas que têm sido criados para a promoção do desenvolvimento económico na saúde, neste contexto da Silver Economy: Active and Assisted Living Joint Programme Ageing, o eHealth Action Plan e o European Innovation Partnership on Active and Healthy Ageing. O próprio Horizonte 2020 financia projetos nesta área e que estão incluídos no desafio societal nº1: Saúde, Bem-estar e Envelhecimento Ativo.

Trabalhar a saúde nesta vertente económica implica, antes de mais, compreender os conceitos de envelhecimento que têm sido trabalhados e que enquadram as diversas estratégias nacionais e que estão na base do conjunto, ainda bastante restrito, de políticas públicas: Envelhecimento Ativo e Envelhecimento Saudável.

Trabalhar a saúde nesta vertente económica implica, antes de mais, compreender os conceitos de envelhecimento que têm sido trabalhados e que enquadram as diversas estratégias nacionais e que estão na base do conjunto, ainda bastante restrito, de políticas públicas.

Os dois conceitos em causa, ambos desenvolvidos pela Organização Mundial da Saúde e adotados e adaptados pela União Europeia, são o Envelhecimento Ativo e o Envelhecimento Saudável. Dois conceitos complementares e que não se excluem um ao outro.

Segundo a Organização Mundial da Saúde o “envelhecimento ativo é o processo de otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança, com vista à melhoria da qualidade de vida das pessoas à medida em que estas envelhecem e aplica-se tanto a indivíduos como a grupos populacionais.



O envelhecimento ativo permite que as pessoas percebam seu potencial de bem-estar físico, social e mental, ao longo do curso das suas vidas e que participem na sociedade, ao mesmo tempo em que esta lhes proporciona a proteção, segurança e os cuidados adequados, quando deles necessitam.

A palavra "ativo" refere-se à participação contínua em assuntos sociais, económicos, culturais, espirituais e cívicos, não apenas à capacidade de ser fisicamente ativo, ou de participar da força de trabalho. As pessoas mais velhas que se aposentam do trabalho, doentes ou que vivem com algum tipo de incapacidade física, podem

permanecer contribuintes ativos para suas famílias, comunidades e para o seu país. O envelhecimento ativo visa ampliar a expectativa de vida saudável e a qualidade de vida de todas as pessoas, à medida que envelhecem.

O termo "Saúde" refere-se ao bem-estar físico, mental e social dos indivíduos, onde a manutenção da autonomia e da independência para as pessoas mais velhas é um objetivo fundamental, no quadro político, para o envelhecimento ativo.

O envelhecimento deve ocorrer no contexto de amigos, colegas de trabalho, vizinhos e familiares. É por isso que a interdependência e a solidariedade intergeracional são princípios importantes do envelhecimento ativo.

O Envelhecimento Saudável pressupõe a otimização das oportunidades para uma boa saúde, para que as pessoas mais velhas possam participar ativamente na sociedade e desfrutar de uma qualidade de vida independente e alta (Instituto de Saúde Pública 2007 – Um desafio para a Europa).

O envelhecimento não é necessariamente um fardo, e não necessariamente diminui a capacidade de uma pessoa contribuir para a sociedade: as pessoas mais velhas podem fazer contribuições valiosas e importantes para a sociedade e desfrutar de uma alta qualidade de vida. Mas isso depende de tratar o envelhecimento como uma oportunidade em vez de um fardo, e tomar uma chamada "abordagem baseada em ativos".

O envelhecimento não é necessariamente um fardo, e não diminui necessariamente a capacidade de uma pessoa contribuir para a sociedade: as pessoas mais velhas podem fazer contribuições valiosas e importantes para a sociedade e desfrutar de uma alta qualidade de vida. Mas isso depende de tratar o envelhecimento como uma oportunidade em vez de um fardo, e tomar uma chamada "abordagem baseada em ativos".

Somente concentrando-se no que as pessoas podem fazer, em vez de o que não podem, é possível que sejam tomadas estratégias e decisões políticas que ajudem a criar condições adequadas para a promoção de comportamentos saudáveis, entre as pessoas mais velhas, e proporcionar as oportunidades necessárias para a atividade física regular, dietas saudáveis, satisfação social. Relações, participação em atividades significativas e segurança financeira.



Atualmente tem-se procurado adotar o conceito de Envelhecimento Ativo e Saudável, como sendo aquele mais completo porque, por um lado foca a participação dos indivíduos na sociedade, e de uma forma economicamente ativa, se possível, e por outro atua na sensibilização para a saúde como fator fundamental de um envelhecimento positivo.

Embora ainda não haja uma estratégia nacional para o envelhecimento, alguns passos têm sido dados no sentido de incorporar a Silver Economy no desenvolvimento da economia nacional, com especial destaque para as áreas core da saúde. Exemplo disso é o trabalho desenvolvido pelo Health Cluster

Portugal, e na área do turismo, o Turismo de Portugal tem vindo a sensibilizar os agentes turísticos para a importância de uma oferta acessível (em termos de mobilidade mas não só) bem como para o potencial do turismo sénior.

Contudo, ainda há muito a fazer. Em primeiro lugar é preciso mudar as mentalidades de quem está nos postos de decisão, de quem decide as estratégias e define as políticas públicas, no sentido de adotar uma visão do cliente adulto e sénior mais em linha com a realidade e menos baseada em estereótipos desatualizados face à realidade destas pessoas.

Torna-se igualmente necessário tornar Portugal num país “age Friendly”, um pouco à semelhança do que está a ser feito tanto na Irlanda, como em algumas regiões de Espanha.

Isto implica investir no conhecimento sobre estes 2 grandes segmentos de consumo (as pessoas adultas e seniores), perceber de que forma os negócios devem integrar as necessidades e motivações deste grande grupo etário (50+) e assim criar uma oferta de produtos e serviços que lhes faça sentido.

Torna-se igualmente necessário investir no atendimento, adotando o conceito de “Age Friendly Business”, cada vez mais estratégico para que as sociedades sejam integradoras das pessoas mais velhas e com particular atenção para aquelas que são portadoras de algum tipo de demência.

No que toca ao potencial do macro sector da saúde, para Portugal, alguns estudos já foram feitos para perceber de que forma o nosso país se deve posicionar nessa nova realidade demográfica e económica, donde resultaram a opção de posicionar Portugal como a Florida da Europa.

Efetivamente o clima, as acessibilidades, a segurança e a forma de ser e de estar do povo português são fatores que contam positivamente para a criação de um ambiente atrativo. Prova disso é a crescente entrada de novos residentes, muitos deles franceses, com idades acima dos 40/45 anos de idade, que sentem Portugal como um país interessante para um estágio da vida onde se procura maior conforto e tranquilidade.

Mesmo a entrada de novos residentes gera novas oportunidades de negócio para o sector da saúde, seja porque são, tipicamente, pessoas com maior disponibilidade financeira, seja porque são pessoas com necessidades distintas das dos portugueses.

O sector da saúde ainda tem muito por onde crescer, em tudo o que diz respeito ao envelhecimento, longevidade e às pessoas mais

Em Portugal, alguns passos têm sido dados em setores específicos, como a saúde e o turismo. Permanecem no entanto ações pontuais, não incorporadas numa estratégia integrada que permita o pleno aproveitamento das oportunidades que esta nova realidade comporta.



velhas. Seja numa vertente de complementaridade à oferta do sistema nacional de saúde, como por exemplo tem vindo a ser feito na área dos cuidados continuados ou paliativos, onde a oferta privada tem contribuído para colmatar a escassez de camas, sendo a comparticipação da Segurança Social um aspeto positivo e motivador do crescimento da oferta; seja na área da economia social, do turismo médico e de bem-estar, do turismo sénior, ou mesmo na área dos seguros.

No entanto, a ausência de uma análise detalhada, por subsector e por região, em cada uma destas áreas acima referidas dificulta o desenho de uma estratégia de negócio.

«Somente concentrando-se no que as pessoas podem fazer, em vez de o que não podem, é possível que sejam tomadas estratégias e decisões políticas que ajudem a criar condições adequadas para a promoção de comportamentos saudáveis, entre as pessoas mais velhas, e proporcionar as oportunidades necessárias para a atividade física regular, dietas saudáveis, satisfação social, relações, participação em atividades significativas e segurança financeira.»

Entre as autárquicas e o futuro

Mais do que analisar os resultados individualmente, ou discutir as implicações políticas de nível partidário ou nacional que os resultados das eleições autárquicas realizadas no passado dia 1 de outubro poderão ter, importa sublinhar as linhas estruturais que devem refletir-se na ação dos agora eleitos para os diferentes órgãos autárquicos.

Retomamos o tema que nos levou a publicar, em 2012, o livro 'Ser Autarca. Missão e Desafios' na sequência do estudo que fizemos sobre 'Cidades e Desenvolvimento' e que apontou para o facto de que, nos últimos anos, tem vindo a ser demonstrado que são as organizações económicas e políticas criadas pelos indivíduos que fundamentam o sucesso económico dos países e das regiões, e que estes têm no contexto e na estrutura institucional de âmbito local importantes parceiros para que possam ganhar vantagens competitivas, e para que as regiões possam aumentar a sua atratividade e os países consigam aumentar o seu desenvolvimento económico e social.

O estudo revelou também que quem concorre no quadro global são as cidades e menos os países. As autarquias são, assim, uma peça fundamental neste processo de mudança do modelo de desenvolvimento da economia, nomeadamente da portuguesa, no qual as cidades têm um papel determinante.



As funções do autarca e da autarquia, as questões fundamentais para a definição de uma estratégia para a autarquia, a boa gestão autárquica, o que é e para que serve um PDM e as políticas sectoriais a serem desenvolvidas a nível local, são alguns dos temas sobre os quais importa de novo refletir neste novo ciclo autárquico que se iniciou com as eleições realizadas no passado dia 1 de outubro, para que uma adequada leitura da realidade que as autarquias enfrentam possa enformar melhores políticas e melhores ações.

O autarca, *per si*, representa e exerce um poder político tendo por referência o programa eleitoral da lista em que foi eleito, a sua matriz ideológica, os valores que defende e a estratégia de ação para dar resposta aos problemas do quotidiano e expectativas das comunidades locais. Mas o autarca atua dentro de órgãos colegiais onde se cultiva o trabalho de grupo.

Quem concorre no quadro global são as cidades e menos os países. As autarquias são, assim, uma peça fundamental neste processo, e as cidades têm um papel determinante na mudança do modelo de desenvolvimento da economia, nomeadamente na portuguesa. Este é o grande desafio a que os novos autarcas são chamados a responder.

Uma das qualidades do autarca é a gestão criteriosa, prudente e sustentável dos recursos para manter uma relação equilibrada entre programa de atividades, orçamento e corresponder com a formulação de estratégias de competitividade económica diferenciadora na geração de oportunidades de criação de riqueza e desenvolvimento, articuladas com o desenvolvimento e sustentabilidade social e ambiental, que constituem, nas nossas comunidades, princípios fundamentais da política autárquica.



O autarca é um elo liderante e agregador da comunidade, é o rosto da instituição pública, próximo e disponível para um trato pessoal e solidário, desempenhando uma vasta panóplia de funções, que Duranton (1988, *Le Métier de Maire*, Paris: Editions du Moniteur) sintetizou em sete personagens: o Presidente, o Visionário, o Carismático, o Suserano, o Chefe de Família, o Homem de Contactos e o Gestor.

Com efeito, a governação do município desenvolve-se muito em torno da pessoa do Presidente da Câmara Municipal. A própria lei concentra no Presidente um conjunto de competências próprias, ou delegáveis, e permite-lhe decidir discricionariamente a atribuição, ou não, de pelouros a vereadores, na base de uma confiança pessoal e política, em funções a tempo inteiro ou a tempo parcial.

Recai assim sobre o Presidente de Câmara a complexa tarefa de concentrar, articular e gerir todas estas ‘personagens’ de forma que possa cumprir o programa eleitoral com que foi eleito, concretizando as expectativas criadas na população por essa via.

Neste contexto, uma das qualidades do autarca é a gestão criteriosa, prudente e sustentável dos recursos para manter uma relação equilibrada entre programa de atividades, orçamento, receitas e despesas e, num quadro exigente de mudança e crescente globalização, corresponder com a formulação de estratégias de competitividade económica, assente nos recursos e diferenciadora na geração de oportunidades de criação de riqueza e desenvolvimento, articuladas com o desenvolvimento e sustentabilidade social e ambiental, que constituem, nas nossas comunidades, princípios fundamentais da política autárquica.

O poder local também tem uma função de proximidade administrativa e de liderança, essencial para que as estratégias centrais possam encontrar concretização rápida e eficiente. Com este quadro de poderes, de informação sobre as oportunidades e de relação de proximidade com o eleitorado, as instituições do poder autárquico têm um papel relevante e torna-se mais premente para o autarca apostar nas orientações para o crescimento e a geração de riqueza, promovendo, assim, desenvolvimento económico e social sustentáveis.

Assim, a cultura política do autarca exige o conhecimento do campo de possibilidades que tem à sua escolha e a consciência de que, fora do domínio do que é possível, o seu comportamento corre o risco de ser negligente, pelo que o livre arbítrio do autarca se alicerça num compromisso de responsabilidade. As decisões e as escolhas políticas resultam da negociação, da procura de equilíbrios e da

construção de consensos, num desafio complexo de compreensão que envolve responsabilidade e controlo sobre as preferências e efeitos esperados das escolhas assumidas.

A estrutura e gestão de um município não são comparáveis com as que assistem à lógica empresarial, mas podem obter ganhos na compreensão da cultura emergente da estratégia e modelos de negócios estabelecidos no mundo empresarial.

Todas as comunidades são tentadas a adotar uma política de crescimento, mas nunca é de mais lembrar que nem sempre o desenvolvimento exige crescimento e que para muitas comunidades faz todo o sentido a procura de equilíbrios e de estabilidades ao nível da estrutura física do território e do seu sistema urbano com as necessidades sociais e ambientais.

A estrutura e gestão de um município não são comparáveis com as que assistem à lógica empresarial, mas podem obter ganhos na compreensão da cultura emergente da estratégia e modelos de negócios estabelecidos no mundo empresarial.



A multiplicidade de domínios que ocupam a política e administração autárquicas recomendam uma avaliação das necessidades por sectores para, de seguida, se proceder a uma ponderação do conjunto, confrontando as perspetivas absolutas e relativas das partes com as exigências de um todo que se quer otimizar. E otimizar significa, no universo municipal, a busca de sustentabilidade distributiva e o reforço da responsabilidade acrescida na gestão de recursos públicos.

O poder autárquico é uma parte do sistema político e não fica imune aos efeitos da mudança de grande intensidade que está a ocorrer nos conceitos, critérios e métodos de orçamentação e atuação públicas.

Depois da crise de início da década, já não será possível voltar ao padrão que definiu o anterior sistema de relações. As autarquias deverão assumir competências acrescidas para responder às responsabilidades ambientais e às necessidades sociais, que irão manter ou acentuar a dependência dos dispositivos de políticas públicas, mas o volume de recursos financeiros postos à disposição continuará a ser naturalmente limitado e mais rigorosamente escrutinado. Para os órgãos do poder local, este é um contexto novo que exige novas perspetivas estratégicas.

Por outro lado, a economia portuguesa, num quadro histórico onde a administração central terá cada vez menos capacidade de corresponder às exigências crescentes de um trabalho territorial *in situ* em conjunto com as populações, reclama novas formas de intervenção da administração local, com competências mais amplas e meios reforçados. Também por isso, o papel do autarca será cada vez mais importante.

Neste contexto, e embora possamos falar de autarquias de um

modo geral, convém sublinhar o papel que a cidade tem desempenhado milenarmente, enquanto centro geográfico de organização socioinstitucional.

Foi na cidade que se criaram as condições favoráveis à liberdade e à democracia, afirmando-a, ao mesmo tempo, como o centro geográfico da organização do poder; e foi também na cidade que se potenciou a divisão e especialização do trabalho e as relações de troca que evoluíram até às redes dos mercados modernos. Daí a importância das políticas e das estratégias associadas à governação da cidade.

A mudança não é um fim em si mesmo, deve ocorrer sempre com razão de ser, autenticidade e controlo do rumo que está a ser trilhado. O autarca não faz experimentalismo, devendo assegurar que a comunidade controla o seu próprio destino.



Historicamente são as cidades os grandes fatores de mudança, de progresso, de geração de riqueza e de qualidade de vida. Mas a mudança não é um fim em si, deve ocorrer sempre com razão de ser, autenticidade e controlo do rumo que está a ser trilhado.

O autarca não faz experimentalismo, devendo assegurar que a comunidade controla o seu próprio destino, evitando aventuras e riscos para além do que é admissível, tendo em conta o quadro económico mundial, em que toda a cidade/todo o território está em competição global. Torna-se, por isso, determinante encontrar os fatores de afirmação, de diferenciação e de desenvolvimento próprios de cada território no quadro global, sempre no âmbito da construção de ligações em rede que potenciem os seus fatores competitivos num quadro mais amplo de atratividade global.

Encontrados esses fatores, e tendo por base a sua própria microgeopolítica, cada autarquia poderá definir a sua política e a sua estratégia para a afirmação e para o desenvolvimento económico e social, reinventando-se permanentemente para responder aos objetivos estratégicos do futuro, isto é, a construção de capacidade de gerar (e acumular) qualidade de vida e sustentabilidade; economia/riqueza; conhecimento, inovação e criatividade.

Um outro factor determinante, dada a dimensão do nosso território e população – e logo das nossas autarquias, é que se torna essencial que todas as autarquias se posicionem estrategicamente de forma a ganhar dimensão crítica, racionalidade económica (na dupla vertente de custos e de receitas), racionalidade financeira (planeamento e execução de médio e longo prazo) e competitividade no quadro global.

O desenvolvimento de cidades competitivas hoje impõe a avaliação e conhecimento/ consciencialização do seu potencial endógeno e

das capacidades que podem ser geradas/desenvolvidas de forma a

desenhar uma política e uma estratégia de afirmação e desenvolvimento que lhe sejam próprias.

Neste contexto, configura uma exigência que cada cidade assuma, específica e estrategicamente:

- uma razão de ser;
- uma vocação/ um perfil/ um carácter;
- uma diferenciação no quadro global;
- um posicionamento competitivo no quadro global;
- uma capacidade de oferta articulada, nomeadamente;
- serviços sociais e qualidade de vida;
- geração de valor acrescentado, riqueza e poder;
- geração de conhecimento e inovação, potenciadores de mudança e desenvolvimento;
- um espaço em rede de geometria variável, que permita potenciar o aproveitamento dos novos modelos de organização económica.

A tarefa que enfrentam os autarcas recém-(re)eleitos é exigente, e da sua capacidade de a executarem depende em parte o sucesso na resposta aos desafios que todos enfrentamos e que nos são colocados pelos novos modelos económicos, sociais e ambientais.

Um primeiro passo relevante é o corte com modelos de curto prazo para olhar mais longe, e mais largo, perspetivando as condições de desenvolvimento sustentável e equilibrado, mas consistente na trajetória e no tempo, de cada autarquia, e desenhando novas políticas e implementando novas soluções que sejam portadoras de futuro, como aquelas que ajudámos a desenhar em alguns municípios nacionais e que são já reconhecidos casos de sucesso, inspirando-nos a contínuos processos de inovação também no que respeita à definição de melhores e mais adequadas estratégias de desenvolvimento territorial.

«Um primeiro passo relevante é (...) olhar mais longe, e mais largo, perspetivando as condições de desenvolvimento sustentável e equilibrado, mas consistente na trajetória e no tempo, de cada autarquia, desenhando novas políticas e implementando novas soluções que sejam portadoras de futuro.»

